



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° DE 2011
(Do Sr. Duarte Nogueira)

Solicita informações ao Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União – CGU sobre auditorias realizadas nos projetos do Programa Segundo Tempo do Ministério do Esporte.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Excia. que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro – Chefe da Controladoria Geral da União:

1. Cópia do inteiro teor de todas as auditorias realizadas pela CGU nos projetos do Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, no período de 2003 até a presente data.
2. No caso da apuração de irregularidades nas auditorias a que se refere a pergunta 1, solicito informar as providências adotadas e nomes de pessoas físicas e jurídicas envolvidas.
3. Solicito que as informações acima mencionadas sejam encaminhadas em meio eletrônico.



JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal, através do Ministério do Esporte, lançou no ano de 2003 um programa denominado “Segundo Tempo” com o objetivo de lograr às crianças, adolescentes e jovens, especialmente em áreas de vulnerabilidade social, acesso à cultura e às práticas esportivas. Desenvolvimento integral, auxílio na formação da cidadania e melhoria de qualidade de vida eram algumas das promessas de resultado desse programa.

Infelizmente, outro tem sido o resultado dos investimentos realizados com o dinheiro do erário. A força desse programa foi tamanha que nos últimos anos seus efeitos têm ganhado a vitrine dos jornais e revistas, porém, diversamente do que esperado pela sociedade, em meio a denúncias de irregularidades graves.

O jornal Estado de São Paulo, em sua edição de 23 de fevereiro de 2011, publicou notícia sob o título: **“Cercado por fraudes, Segundo Tempo turbina caixa e políticos do PC do B”**. Diz a notícia:

“Projeto do Ministério do Esporte só em 2010 distribuiu R\$ 30 milhões a ONGs de dirigentes e aliados do partido; ‘Estado’ percorreu núcleos esportivos no DF, GO, PI, SP e SC e flagrou convênios com entidades de fachada, situações precárias e de abandono

Leandro Colon, de O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Principal programa do Ministério do Esporte, comandado por Orlando Silva, o Segundo Tempo, além de gerar dividendos eleitorais, transformou-se num instrumento financeiro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), legenda à qual é filiado o ministro.

A reportagem do Estado foi conhecer os núcleos do Segundo Tempo no Distrito Federal, em Goiás, Piauí, São Paulo e Santa Catarina. A amostra, na capital e região do entorno, no Nordeste mais pobre ou no Sul e no Sudeste com melhores indicadores socioeconômicos, flagrou o mesmo quadro: entidades de fachada recebendo o dinheiro do projeto, núcleos esportivos fantasmas, abandonados ou em condições precárias.

As crianças ficam expostas ao mato alto e a detritos nos terrenos onde deveriam existir quadras esportivas. Alguns espaços são precariamente improvisados, faltam uniformes e calçados, os salários estão atrasados e a merenda é desviada ou entregue com prazo de validade vencido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No site do ministério, o Segundo Tempo é descrito como um programa de "inclusão social" e "desenvolvimento integral do homem". Tem como prioridade atuar em áreas "de risco e vulnerabilidade social", criando núcleos esportivos para oferecer a crianças e jovens carentes a prática esportiva após o turno escolar e também nas férias.

Conferidas de perto, pode-se constatar que as diretrizes do projeto, que falam em "democratização da gestão" foram substituídas pelo aparelhamento partidário. A reportagem mostra, a partir deste domingo, 20, como o ministro Orlando Silva, sem licitação, entregou o programa ao PC do B.

O Segundo Tempo está, majoritariamente, nas mãos de entidades dirigidas pelo partido e virou arma política e eleitoral. Só em 2010, ano eleitoral, os contratos com essas entidades somaram R\$ 30 milhões.

O Ministério do Esporte afirma que "cabe à entidades parceira promover a estruturação do projeto". Questionado sobre as situações constatadas pelo Estado e pelo controle partidário do programa, o ministério defendeu o critério de escolha das entidades sob o argumento que é feita uma seleção técnica dos parceiros.

Terreno vazio. O dinheiro deveria ser usado para criar 590 núcleos e beneficiar 60 mil crianças carentes. Na procura por um núcleo cadastrado na cidade do Novo Gama (GO), por exemplo, a reportagem encontrou um terreno baldio onde deveria funcionar um campo de futebol. Cerca de 2,2 mil crianças foram iludidas na cidade por uma entidade sem fins lucrativos fantasma.

No Novo Gama, o programa Segundo Tempo é só promessa, mas, na última campanha eleitoral, foi usado como realidade pelo vice-presidente do PC do B do DF, Apolinário Rebelo. O mesmo ocorreu na Ceilândia (DF).

Em Teresina (PI), no lugar de uma quadra poliesportiva os jovens usam um matagal, onde improvisam tijolos e bambus para jogar futebol e vôlei. Do lado de fora, no muro do terreno, a logomarca do Segundo Tempo anuncia que ali existiria um núcleo do programa. O local é um dos espaços cadastrados por uma entidade que já recebeu R\$ 4,2 milhões para cuidar do projeto. Seus dirigentes são do PC do B.

Lideranças de comunidades carentes de Santa Catarina criticaram a intermediação do Instituto Contato, dirigido pelo PC do B, no Segundo Tempo e anunciaram que abriram mão do projeto. Aulas de tênis são dadas na calçada, com raquetes de plástico. Em Florianópolis, a reportagem encontrou um lote de suco de groselha com validade vencida num núcleo do programa.

A campeã de recursos do governo é a ONG Bola Pra Frente, dirigida pela ex-jogadora de basquete Karina Rodrigues, vereadora de Jaguariúna (SP) pelo PC do B - R\$ 28 milhões foram repassado à entidade desde 2004.

Prestação de contas

O Ministério do Esporte afirma, em seu site, que todos os convênios do programa Segundo Tempo devem fornecer "descrição detalhada dos materiais, bens ou serviços adquiridos"

Para entender



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Programa Segundo Tempo foi criado no começo do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na teoria, o objetivo é oferecer a crianças e jovens carentes oportunidade de prática esportiva após o turno escolar e nas férias.

O Ministério do Esporte fecha parcerias com entidades sem fins lucrativos, que assumem a tarefa de botar em prática o Segundo Tempo. Prefeituras também fazem convênio com o governo. A ideia é criar núcleos esportivos e contratar professores. Segundo o ministério, o Segundo Tempo deve "oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral".

O jornal *Estado de São Paulo*, em sua edição de 23 de fevereiro de 2011, publicou notícia sob o título: **"Segundo Tempo paga para empresa fantasma no Rio"**. Diz a notícia:

"Contratada para vender R\$ 4,6 milhões em alimentos para o Programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, a empresa JJ Logística Empresarial Ltda. ME tem como sede um galpão abandonado há mais de quatro anos numa área rural do pequeno município de Tanguá, na região metropolitana do Rio de Janeiro. A empresa foi usada por uma organização não-governamental (ONG) de Santa Catarina, comandada pelo PCdoB, para comprar merenda oferecida pelo programa.

A firma forneceu kits lanches que abasteceram núcleos esportivos atendidos pelo programa em Santa Catarina a partir de convênio estabelecido com o Instituto Contato, conforme revelou ontem o jornal *O Estado de S. Paulo*. O instituto é controlado por dirigentes do PCdoB no Estado, partido do ministro Orlando Silva. A JJ Logística tem em seus registros na Receita Federal, como principal atividade, o comércio atacadista de combustíveis de origem mineral em estado bruto. No galpão em que a empresa está oficialmente sediada será instalada uma distribuidora de carvão para consumidores privados - de acordo com o proprietário da firma, João Batista Vieira Machado. O fornecimento de kits lanches, segundo Machado, é apenas um entre os vários serviços que a JJ Logística oferece. "Fazemos todo tipo de serviço para órgãos públicos. Venda de remédio, limpeza, manutenção", explicou Machado.

Segundo seu depoimento, sua participação no Programa Segundo Tempo se resumiu a comprar um alimento sólido e outro líquido de outros fornecedores e revender os produtos para o instituto catarinense. O empresário, no entanto, não soube também informar o nome de nenhum de seus fornecedores. "Preciso verificar as notas fiscais. E eu não ando com elas no bolso. Fica difícil lembrar", argumentou.

Apesar da amplitude de seus negócios e serviços, a JJ Logística tem só um funcionário registrado. Trata-se de um gerente administrativo identificado apenas como Ronaldo e que trabalha em Santa Catarina. O dono da empresa e patrão de Ronaldo não soube, no entanto, informar o sobrenome do funcionário. "Fica difícil lembrar essas coisas de cabeça." Machado explicou que não haveria necessidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de ter mais que um funcionário para cumprir o que previa seu contrato de fornecimento para o Instituto Contato.

Insatisfação

Insatisfeito com o retorno financeiro resultante da parceria entre sua empresa e órgãos públicos, o proprietário da JJ Logística, João Batista Vieira Machado, informou à reportagem que não pretende mais trabalhar com empresas públicas. "Dá muita dor de cabeça e pouco lucro." Machado afirmou que o fornecimento dos produtos e os pagamentos ocorreram sempre na data combinada e que não houve problema algum para a execução do contrato.

Questionado sobre quais outros serviços prestou e para quais órgãos públicos já trabalhou, o empresário desconversou. Disse apenas que o contrato com o Instituto Contato para fornecimento de alimentos para o Programa Segundo Tempo havia sido sua primeira experiência com "entes estatais". Ao ser lembrado que havia dito que fazia qualquer tipo de serviço com órgãos públicos, ele tentou corrigir. "Quis dizer que a empresa está habilitada para fazer. Mas a gente não faz."

Machado disse que nunca desempenhou qualquer função pública e que nem conhece políticos ou partido. Caiu em contradição ao ser indagado sobre ter prestado serviços para a prefeitura de Tanguá. "O prefeito (Carlos Roberto Pereira, do PP) é meu amigo, mas eu nunca fiz nenhum trabalho para o município.

Antes, em sua edição de 28 de maio de 2010, a revista Época publicou:

“Golpes, ONGs e a mala de dinheiro

Agnelo Queiroz, candidato do PT ao governo de Brasília, é acusado de receber R\$ 256 mil desviados de programa do Ministério do Esporte
murilo ramos e marcelo rocha

O ex-ministro do Esporte e candidato do PT ao governo do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, terá um caminho duro até as eleições de outubro. Um obstáculo difícil será superar o adversário Joaquim Roriz (PSC), político popular que ficou quase 14 anos no poder e está na dianteira das pesquisas eleitorais realizadas até agora. Antes, porém, Agnelo terá de se defender de denúncias que o relacionam a desvios de verbas do Segundo Tempo, principal programa do Ministério do Esporte no governo Lula.

Uma investigação deflagrada pela Polícia Civil do Distrito Federal no início de abril, batizada de Operação Shaolin, prendeu cinco pessoas, apreendeu documentos e colheu depoimentos sobre o destino de quase R\$ 3 milhões repassados pelo ministério a duas associações de kung fu de Brasília. O relatório final da operação compromete Agnelo com um golpe milionário e sugere o envio das informações ao Ministério Público Federal (MPF) para que a investigação seja aprofundada. Os desdobramentos do caso dirão se o ex-ministro terá condições de se livrar das graves acusações ou se ele aumentará a lista dos políticos de Brasília flagrados com a mão no dinheiro público.

ACUSAÇÃO

No inquérito, o delegado afirma que Agnelo “teria se valido da condição de ex-ministro” para ser favorecido pelo esquema de corrupção. Agnelo nega

ÉPOCA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

teve acesso ao relatório da Polícia Civil. “Os indícios preliminares colhidos sugerem que Agnelo Queiroz teria se valido de sua condição de ex-ministro do Esporte para se beneficiar de um suposto esquema de desvio de recursos pertencentes a associações que receberam verbas do programa Segundo Tempo”, afirma, no documento, Giancarlos Zuliani Junior, o delegado responsável pela investigação. A origem das irregularidades foi o repasse de R\$ 2,9 milhões para a Federação Brasiliense de Kung Fu (Febrak) e para a Associação João Dias de Kung Fu. O maior convênio, de R\$ 2 milhões, foi assinado em 2005 pelo então secretário executivo da pasta e atual ministro, Orlando Silva, com a Febrak. A federação teria de desenvolver atividades desportivas com 10 mil alunos da rede pública de ensino enquanto não estavam em sala de aula. O segundo convênio, de R\$ 920 mil, foi firmado com a associação em 2006, quando Agnelo não era mais ministro do Esporte. Segundo a polícia, as associações, presididas pelo policial militar, professor de kung fu e suplente de deputado distrital João Dias (PCdoB), se apropriaram de R\$ 2 milhões dos convênios sem prestar os serviços combinados.

A investigação sustenta que as ONGs de Dias forjavam a compra de materiais que seriam usados durante as atividades com as crianças, tais como quimonos, jogos de xadrez, damas, varetas e alimentos. As associações teriam atuado em conluio com empresas que forneciam notas fiscais frias para driblar a fiscalização.”

Assim, as informações que ora requeremos são fundamentais ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2011.

Deputado Federal Duarte Nogueira
Líder do PSDB